

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA AGENDA DE MODERNIZAÇÃO NEOLIBERAL: desafios do Assistente Social.

Ane Bárbara Voidelo¹

RESUMO

Este artigo permite resumir a análise feita sobre o financiamento oferecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, e as orientações voltadas à administração das cidades e ao incentivo à participação social, que, por sua vez, articula-se à lógica de descentralização e reforma administrativa do Estado. Neste cenário se instaura como desafio para o assistente social, a defesa de direitos sociais e a democracia, além de revelar as expressões dos dilemas profissionais da atuação em políticas públicas, quando articulados ao um projeto ético político.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Modelo de Gestão; Assistente Social.

ABSTRACT: This article summarizes the analysis made of the Inter-American Development Bank and the World Bank, and the particularity that these organisms have in financing social projects in Brazil. The proposed policy is coated with social programs that give priority to (urban) poverty, aiming at minimizing social impacts arising from the context of economic crisis and social inequality. This availability of resource is linked to a series of guidelines aimed at managing cities and encouraging social participation, which, in turn, hinges on the logic of decentralization and administrative reform of the State. In this scenario, it is established, as a challenge for the social work, the defense of social rights and democracy, in addition to revealing the expressions of professional dilemmas of performance in public policies, when articulated to an ethical-political project.

KEYWORDS: Participation; Management Model; Social Work.

INTRODUÇÃO

A noção de participação sofreu alterações expressivas, nos últimos trinta anos, em relação ao seu significado, principalmente nos anos 90 do século XX, o que parecia ser um processo estranho aos campos políticos mais conservadores, passou, aos poucos a ser também,

¹ Professora da Universidade Federal do Paraná e doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina.

um requisito de crescente aceitação, tanto por parte do governo quanto por instituições internacionais e agências financiadoras.

Conforme Navarro (2003), a participação aparece mais efetivamente nos debates sobre a desigualdade socioeconômica e sobre o crescimento dos níveis de pobreza. A participação é vinculada aos objetivos de mudança social e ao desenvolvimento do país, com termos potencialmente democratizantes, como participação ligada ao projeto neoliberal.

Neste contexto desafiador, o profissional assistente social busca atender às exigências de participação da população ou público alvo, em projetos sociais financiados pelas agências internacionais, mediado pelos governos estaduais ou municipais.

1 - A PARTICIPAÇÃO E O IDEÁRIO NEOLIBERAL: APOIO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS LIGADOS AO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO.

A exigência de participação da população, por meio de conselhos, orçamentos participativos ou qualquer outra instância de participação institucionalizada, surgiu com maior presença em processos de mudança social, e na implementação de programas e políticas governamentais, ou seja, a partir da década de 1970. Naqueles anos, diferentes declarações de intenções, por parte de instituições multilaterais ou de organismos de financiamento internacional, propiciaram espaços para participação dos “[...] ‘beneficiários’, no jargão dos projetos internacionais” (NAVARRO, 2003, p.11. grifo nosso).

Desta forma, a participação popular tinha a intenção de oferecer novas oportunidades aos setores sociais e a chance de exercer maior influência em ações governamentais a eles relacionadas.

[...] Expressões como “desenvolvimento de comunidades”, “desenvolvimento participativo” e “participação no desenvolvimento” foram comuns, significando esforços que tentaram transformar os programas e políticas emoldurados pela idéia do desenvolvimento (NAVARRO, 2003, p.11)

A partir dos anos 80 do século XX, com a emergência dos movimentos sociais e o surgimento da noção de sociedade civil, novos significados foram introduzidos ao termo participação, dentro do contexto da liberalização econômica, na qual a convergência de uma linguagem própria do neoliberalismo, como noções do desenvolvimento participativo, alterou o mesmo estatuto do público alvo, que, não sendo mais integrado por “beneficiários”, passou a ser formado por “consumidores” de projetos de desenvolvimento e políticas diversas na mesma



direção (NAVARRO, 2003). Nos anos 90, emergiu como quase consenso, que nos projetos sociais deveria constar a participação, como requisito necessário para garantir a eficiência, efetividade e sustentabilidade.

De acordo com Navarro (2003), o motivador principal deste amplo movimento foi o surgimento de uma nova metodologia para analisar as situações de pobreza, intitulada “Diagnóstico Rural Participativo”, aplicada em sociedades pobres envolvidas em atividades rurais, e, posteriormente, ampliada e transformada em “Diagnósticos Participativos de Pobreza”, trazendo novos significados à ideia de participação, agora implicando, também, ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais a busca por equidade, representação e voz. Esta institucionalização da participação, não apenas como um direito, mas como pressuposto para um processo de mudança social, chamou a atenção de organismos internacionais ligados ao projeto de desenvolvimento.

De acordo com Oliveira (2012), o apoio à participação ocorreu inicialmente em governos subnacionais, no Brasil e nos países vizinhos. Ao analisarmos programas das instituições internacionais e sua difusão, é possível compreender as microdinâmicas do processo, e perceber que as elites operam de forma associada às instituições internacionais.

Pesquisas como a de Goldfrank (2012) e Oliveira(2012) retratam as reais intenções do Banco Mundial e das instituições financiadoras, com interesses das elites em fomentar a participação nos municípios. Estas pesquisas revelam que é pretendido utilizar a participação a fim de redefinir e reduzir o papel do Estado na prestação de serviços e bens públicos, a fim de empurrar os cidadãos a assumirem novas responsabilidades locais.

Goldfrank (2012) descreve as intenções do Banco relacionadas ao compromisso à redução da pobreza, e este propósito está sujeito e subordinado a um objetivo maior; seu principal objetivo é a transformação sistemática das relações sociais, instituições e países em desenvolvimento, a fim de generalizar e facilitar a proletarização e acumulação de capital global, e, especificamente, construir hegemonia capitalista por meio de programas de promoção da participação legitimadora nas comunidades.

2 - BM E BID: INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO LOCAL DEMOCRÁTICA COMO MECANISMO PARA GARANTIR ESTABILIDADE MACROECONÔMICA.

O Banco Mundial (BM), juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), foi criado em 1944, sob forte hegemonia dos Estados Unidos, devido à preocupação dos países centrais com o estabelecimento de uma nova ordem internacional no pós-guerra. Na história do BM, pode-se verificar mudanças na política, e princípios que marcaram a sua atuação, caracterizando-se, inicialmente, pela assistência política militar aos países do Terceiro Mundo, para integrá-los ao mundo ocidental, com o objetivo de fortalecer a aliança não-comunista. Nos anos 70, o esgotamento da acumulação, iniciada no pós-guerra, e o conseqüente declínio das taxas de crescimento resultaram em um profundo processo de reestruturação tecnológica e produtiva nos países industrializados. O Banco fortaleceu o processo de circulação e globalização dos capitais, causando um enfraquecimento do controle dos Estados nacionais. Portanto, desde 1970 já era crescente a influência das teorias monetaristas neoliberais, que fundamentariam as políticas globais e a atuação do BM e do Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Portanto, de um banco de desenvolvimento, indutor de investimentos, o Banco Mundial se transformou no guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por garantir o pagamento da dívida externa e por empreender a reestruturação e a abertura de suas economias, adequando-as aos novos requisitos do capital globalizado. Para tanto, deveria o pagamento da dívida e buscar alternativas para transformação econômica e produtiva dos países, de forma a ajustá-los ao novo padrão de desenvolvimento neoliberal. (SABBI, 2012)

Assim sendo, o BM e o BID passaram a trabalhar para a implantação de reformas profundas nas instituições e políticas dos países endividados. O conjunto de políticas que orienta as reformas estruturais, impostas aos países endividados, baseia-se numa concepção de crescimento ajustada ao ideário liberal; privatista; de abertura ao comércio exterior; e ortodoxa do ponto de vista monetário.

De acordo com Santana (2006) o histórico do BID se inicia no final do século XIX, quando foi realizada, em Washington, a Primeira Conferência Internacional Americana (1889-1890), na qual foi elaborada uma proposta de criação de uma entidade bancária de caráter privado voltada a facilitar o comércio entre os países que participavam da União Pan-Americana. O objetivo era possuir vínculos comerciais e de investimentos privados entre os Estados Unidos e os países da América Latina, mas os Estados Unidos ofereceram resistência à criação da referida entidade bancária. Logo, os países latino-americanos passaram a exercer

um tipo de pressão moral e política, que tinha por objetivo solicitar o apoio daquele país na constituição do Banco, levando em conta seu poderio econômico mundial.

No entanto, essa proposta somente iria ganhar força no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, após a criação de organismos-chave para os países capitalistas nesse período, em especial os Estados Unidos, como a Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O BID pode ser considerado, atualmente, o maior banco internacional de desenvolvimento regional em nível mundial, além de ser, desde 1993, a mais importante fonte de crédito do Brasil. Seus principais objetivos estão alicerçados na redução da pobreza, equidade social e crescimento sustentável, no que diz respeito ao meio ambiente. O Banco pertence a 47 países membros, sendo 26 países mutuários da América Latina e do Caribe e 21 não mutuários (SANTANA, 2006).

Conforme Santana (2006), para o Banco, o *controle* aparece revestido da necessidade de garantia de eficiência na aplicação dos recursos e no bom desempenho dos projetos. A operacionalização do controle do financiamento é expressa na orientação das reformas estruturais econômicas e políticas, e dado como exemplo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a reforma tributária e da previdência. Estas estratégias são apontadas, pelo BID (2003), como forma de garantir os ajustes estruturais, dentre eles os ajustes fiscais, que devem redundar no equilíbrio das contas públicas e no controle/pagamento da dívida pública. Tanto que o BID publicou, em seu site oficial, um estudo, realizado em 2003, pelo Centro de Estudos de Desenvolvimento Urbano da Escola de Pós-Graduação de Desenho da Universidade de Harvard, para avaliar em que medida o orçamento participativo está incentivando a alocação democrática e eficiente de recursos e a participação do cidadão no planejamento e gestão nas localidades em que ele é usado. Os resultados mostraram que o orçamento participativo é eficaz como instrumento de promoção da autonomia e contribui para o objetivo do BID de aumentar a equidade social (BID, 2003).

Goldfrank (2012) observa como as agências de cooperação, bem como os municípios, tentam se posicionar como especialistas e detentores de conhecimento, e como usam quatro mecanismos de poder: a inclusão na política local (convidado pelas autoridades locais); a vigilância para coletar informações; o desenho de uma agenda que prioriza suas receitas; e a



obtenção do consentimento das autoridades locais e do cidadão, a fim de preservar seus poderes, garantindo, assim, que suas prescrições políticas sejam seguidas.

3 - ESTRATÉGIA PARA SUSTENTABILIDADE DOS PROGRAMAS E PROJETOS IMPLANTADOS.

O Banco Mundial analisa a transparência na aplicação dos recursos como um elemento essencial para evitar a corrupção e erros na formulação de políticas pública, que podem causar altos custos aos cofres públicos, ou seja, erros desde ineficiência e de reações negativas à política já implantada. Por isso, o Banco incentiva canais de comunicação e transparência, que permitam a informação, como por exemplo, a disponibilidade de *link* na *internet*, que pode favorecer a competitividade de mercado, uma vez que “[...] uma economia de mercado competitiva requer que os atores econômicos tenham acesso a informações relevantes e confiáveis, no momento oportuno” (WORD BANK, 1992).

Nesta mesma lógica, o documento do BID “Estratégia para promover La participación ciudadan em las actividades del Banco”, em 2004, descreve os benefícios da participação, como mecanismo de gerar competitividade, bem como, a disponibilidade de cidadãos colaborarem financeiramente para a sustentabilidade dos programas e projetos implantados, afim de diminuir a corrupção e evitar o desperdício de recursos.

Segundo Santana (2012), a participação, conforme o BID, contribui para formar a opinião dos usuários, no sentido de aceitar as políticas sociais mínimas. Portanto, o incentivo à participação está conectado à defesa da Reforma e Modernização do Estado, seguindo os princípios de um ideário neoliberal, que dissemina a proposta de diminuição dos gastos públicos às frações de classe trabalhadora.

Desta forma, o documento, “Estratégias para o Banco Mundial pra o país” (BID, 2003), reforça essa intenção, quando discorre sobre a modernização do Estado como reforma do Estado para alcançar a governabilidade democrática. O BID tem encontrado na democracia e na participação cidadã um elemento essencial para a responsabilização das pessoas sob sucesso e fracassos dos seus projetos;

Acima de tudo, a luta contra a desigualdade é um desafio político. A insatisfação com a democracia está interligada com a insatisfação com as reformas econômicas, porque nos últimos dez anos o modelo político centrou

sua agenda nas reformas econômicas voltadas para a ampliação do mercado. Por esse motivo, hoje é necessário um novo marco conceitual que não separe a política da economia e que defina metas e indicadores para o desenvolvimento da democracia. Esse deve ser o início de um processo de reforma institucional que redefinirá o modelo de governabilidade vigente: as estratégias de desenvolvimento de cada país devem ser politicamente legitimadas pela sociedade. Hoje, a relação entre democracia e desigualdade beira a exclusão política. Se a democracia e a desigualdade marcharam de mãos dadas nas últimas décadas, a principal tarefa do sistema político hoje é impedir que continuem a coexistir. No futuro não haverá espaço para as duas juntas: será uma ou a outra. (BINETTI, 2004, p.1).

Conforme Santana (2006), os discursos dos organismos internacionais tratam das orientações sobre os problemas sociais nos programas governamentais da América Latina, programas estes que teriam que compatibilizar a redução de gastos sociais públicos com o atendimento à população empobrecida. O atendimento a esta população ocorre por meio de projetos emergenciais residuais e temporários, que visam amenizar as consequências da crise econômica e dos processos de ajuste, aos quais vêm submetendo-se esses países. A análise feita sobre o BID permite resumir que este Banco tem uma particularidade no que se refere ao financiamento multilateral para a América Latina. A política proposta é revestida de programas sociais com prioridade de atendimento à pobreza (urbana), visando minimizar os “impactos sociais advindos do quadro de crise econômica e da desigualdade social” (Idem, Ibidem, p.356), funcionando como uma estratégia do capitalismo aos países “que *necessitam da ajuda dos países ricos*” (Idem, Ibidem, p. 357, grifo do autor).

Diante do exposto, é possível perceber uma intencionalidade do Banco na publicação dos documentos que amarraram um conjunto de suas proposições, na gestão das cidades em que existe uma centralidade na figura do *gestor eficiente*, que deve empenhar-se em fomentar a participação social dos usuários por meio de canais e instâncias de participação cidadã das políticas financiadas pelo Banco, como forma de assegurar a eficaz aplicação dos recursos.

Iamamoto (2012) destaca que no momento em que o capital é impulsionados por organismos multilaterais, estes capturam os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e consumo de todos os países e, assim, radicaliza o desenvolvimento desigual e combinado, que estrutura as relações de dependência entre nações no cenário internacional. Portanto, a constante trajetória tem sido a permanente exclusão dos trabalhadores/cidadãos urbanos e rurais das decisões do Estado, sujeitos à repressão centralizadora do Estado e ao arbitro poder privado aos chefes políticos locais e regionais.



Sendo assim, a contrapartida da força, da anulação da cidadania dos trabalhadores, tem sido o caráter explosivo das lutas sociais, e este cenário se instaura como desafio para o serviço social, visto que, historicamente, a profissão tem enfrentado desafios e buscado garantir a ampliação dos direitos da classe trabalhadora e sua efetiva participação nos espaços públicos.

4 - DOCUMENTOS DO BID: GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA E REFORMA DO ESTADO.

Alguns conceitos básicos norteiam a intervenção do BID nos municípios brasileiros, de acordo com o documento intitulado, *Modernización Del Estado (2003)*, o BID assume o discurso da modernização do Estado como sinônimo de reforma, que consolida o conceito de governabilidade democrática, ou seja, demonstra através de evidências empíricas que o desenvolvimento equitativo e sustentável exige um crescimento democrático, moderno e eficiente para promover a economia estável para assegurar o crescimento da economia de mercado e proporcionar um ambiente de estabilidade macroeconômica, de confiança e segurança jurídica e política.

De acordo com o BID (2003), historicamente existe uma frágil relação entre o Estado e o mercado, que resultou em uma erosão das possibilidades de um desenvolvimento sustentável e equitativo. Com efeito, o diagnóstico histórico reconhece a existência de um "déficit democrático" que tem sido expresso nos fenômenos de autoritarismo, clientelismo, populismo, corrupção e interesses privados de instituições. Estas situações desencorajam o funcionamento do mercado que sofre conseqüentemente com a instabilidade da renda e especulação.

Neste documento o BID descreve à insegurança que o estado passa ao mercado, afirmando que alguns países sofrem de falta de confiabilidade no sistema judicial, e do baixo nível de credibilidade dos órgãos de democracia representativa, devido às dificuldades no monitoramento e controle das políticas sociais. O Banco aponta a falta descentralização administrativa e fiscal combinada aos altos níveis de corrupção por parte dos governos, como responsáveis pela criação de uma atmosfera que gera insegurança ao mercado e propicia um ambiente de elevados custos humanos, econômicos e sociais.

O BID (2003) apodera-se da experiência do Banco Mundial e outras agências de desenvolvimento, apreendendo lições para colaborar com a reforma do Estado através de

formas da operacionalização de políticas públicas que estão alicerçadas sob os seguintes princípios: 1) Contribuir com a reforma e modernização do Estado como parte de um processo que visa reforçar o Estado de direito e democracia; 2) Consideram que existe uma relação de reciprocidade e complementaridade entre a reforma Estado e sociedade civil, a fim de fortalecer e ampliar o mercado; 3) Ter uma visão total do processo de reforma a longo prazo; 4) Garantir um forte consenso político em torno de processo de reforma; 5) Priorizar um ambiente político e institucional de cada país, e; 6) Aprovar projetos flexíveis que permitam adaptar-se frente a situações de mudança.

Para isso o Banco atua nas seguintes áreas; Sistema Democrático; Estado de Direito e Reforma Judicial; Estado, mercado e sociedade, e; Gestão Pública, cada área de atuação possui um plano de ação específico de estratégias específicas, porém todas estão relacionadas com o crescimento econômico e a redução sustentável da pobreza. (BID, 2003).

Diante destas concepções adotadas pelo banco, é possível perceber a sua contribuição na difusão de um modelo de gestão de cidades na perspectiva neoliberal, incentivando a competição nas para que estas se tornem atraentes aos investimentos capitalistas. Dentro da construção desse modelo de gestão de cidades, o tema da participação social tem recebido especial atenção dos especialistas do Banco (Santana, 2012).

De acordo com Santana (2012), a concepção liberal do BID para atrair e reter a atividade empresarial depende da qualidade e eficiência dos serviços públicos oferecidos nas cidades, portanto o futuro depende da eficácia de sua gestão. E tornar as cidades competitivas corresponde a um dos novos desafios da gestão das cidades, dos investimentos tecnológicos, e do consenso entre empresas, trabalhadores, governos e comunidades.

5 - OS DESAFIOS QUE REPERCUTEM NO COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.

A criação do Serviço Social como profissão, no âmbito da divisão social e técnica do trabalho, está vinculada à ação do Estado burguês face à “questão social”, por meio das políticas sociais. Nesse contexto, há uma demanda por agentes técnicos que atuem tanto na formulação, quanto na execução de políticas, sendo o Serviço Social requisitado a atuar com as refrações da “questão social”, por intermédio das políticas sociais. “[...]Neste âmbito está posto o mercado

de trabalho para o assistente social: ‘ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais’ [...]” (NETTO, 1996, p. 71).

Nesse sentido, a requisição do profissional do Serviço Social, em sua gênese, corresponde a um momento específico de desenvolvimento da sociedade capitalista onde o Estado assume – dentre outras funções – o papel de reprodução e manutenção da força de trabalho tanto dos que estavam inseridos quanto dos que estavam fora do mercado de trabalho, mediante as políticas sociais (SANTANA, 2011, p. 356)

De acordo com Iamamoto (2012), o projeto do serviço social brasileiro é fruto de uma expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, e, neste cenário, o movimento de Renovação do Serviço Social se tornou possível, neste se verificam três tendências principais: a modernização conservadora; a reatualização do conservadorismo; e a intenção de ruptura, que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais.

Segundo Netto (2001), na década de 1960, o Serviço Social tradicional passou por uma crise em nível internacional. Essa questão está vinculada ao esgotamento do padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, que tem sua crise por volta dos anos 60. Ocorre, nesse período, a efervescência dos movimentos sociais, e, também, uma reflexão sobre a prática profissional do Serviço Social tradicional. Deste questionamento sobre a profissão é que emergiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social em 1965.

O Movimento de Reconceituação se destaca pela aproximação da profissão com a tradição marxista, mesmo que, neste momento, não tenha sido feito a consulta as obras originais de Marx, e, também, a construção dos profissionais em relação às particularidades latino-americanas.

Também neste período, no bojo do Movimento de Reconceituação, da luta pela democratização, os Assistentes Sociais passam a se aproximar das bandeiras de lutas dos movimentos sociais. Também de forma idêntica, o corpo profissional (notadamente os segmentos mais dinâmicos) passa a vincular-se ao movimento dos trabalhadores, a exemplo do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 1979, no qual os Assistentes Sociais propuseram o rompimento com o conservadorismo e instauraram o pluralismo político (SANTANA, 2011).



Netto (2006) assinala que esse projeto é calcado no reconhecimento à liberdade, entendida como possibilidade de escolha, articulada à emancipação e autonomia dos indivíduos. Nesse aspecto, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que se propõe a construir uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. O projeto se coloca em favor da equidade e da justiça social, com vistas à universalização do acesso aos bens e serviços sociais públicos; defesa da cidadania, na perspectiva de garantia de direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; e posiciona-se em favor da socialização da participação política e da socialização da riqueza coletivamente produzida; assim sendo, requer claro compromisso profissional com base na competência, o que depende, também, de uma postura investigativa; e prevê o compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, primando pela universalização dos recursos públicos. Este projeto ético-político, facilita, a participação dos usuários na decisão quanto ao rumo das políticas, ou seja, possibilita que o trabalhador/cidadão participe dos projetos sociais com um caráter deliberativo e propositivo e não somente fiscalizador.

Para tanto, a reestruturação em nível mundial do capitalismo, e as novas modalidades da intervenção estatal (neoliberalismo), que ocorreram em 1990, responsabilizaram a política em nível municipal, processo intitulado municipalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Conforme Iamamoto (2012), o serviço social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou um forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo. No entanto, teóricos críticos do Serviço Social no Brasil têm afirmado que as bases constitutivas do projeto ético-político do Serviço Social estão ameaçadas, isso porque o governo brasileiro opta por um projeto político que é claramente favorável aos interesses dominantes.

Os direitos sociais previstos em lei - e que foram conquistados mediante lutas políticas dos mais variados segmentos sociais, com a força dos movimentos sociais, partidos progressistas e intelectuais alinhados ao campo das esquerdas, dentre eles os Assistentes Sociais - estão sendo desrespeitados enormemente (SANTANA, 2011).



Santana (2011) aponta como desafio ao serviço social, o fomento a participação numa perspectiva democrática, pois duas abordagens são identificadas nas práticas governamentais. Em uma, a participação está relacionada ao controle social de gastos públicos a fim de evitar desperdícios de recursos governamentais e desvios de verbas; em outra, a participação social vincula-se aos discursos governamentais, nos quais os usuários são incluídos no planejamento dos projetos governamentais, bem como, as comunidades são conclamadas a atuarem no acompanhamento da execução das obras de infraestrutura, visto que essa participação facilita o barateamento de custos, além de permitir o vínculo entre os projetos sociais (geração de emprego e renda, saúde e educação) e os projetos físicos (infraestrutura urbana).

Nesta lógica, a participação tem uma perspectiva neoliberal, ou seja, a exigência de participação pretende garantir a “aceitação dos projetos sociais, ainda que de natureza compensatória” (SANTANA, 2011, p. 360), ao mesmo tempo em que tem primado pela atuação pautada nas discussões do Projeto Ético-Político da profissão, buscando ampliar os espaços sócio profissional, na garantia de direitos sociais dos usuários.

Desta forma, os assistentes sociais têm enfrentado desafios para efetivar a participação de usuários, trabalhadores/cidadãos comuns em projetos sociais e, também, para responder às requisições das agências multilaterais, que estão presentes por meio dos governos nacionais e municipais, e, além disso, construir, cotidianamente, um trabalho que se conecte ao projeto ético-político da categoria, que por sua vez, conecta-se aos interesses das frações da classe trabalhadora, isto é, a democratização como forma de construir um projeto de emancipação humana. Repensar as determinações sociopolíticas do trabalho profissional, buscando alternativas para o enfrentamento dos dilemas cotidianos da construção da esfera pública, da democracia, dos direitos inerentes a ela, são considerados algumas das particularidades do exercício profissional. Nos lastros destes dilemas é que se edifica um novo projeto profissional para o serviço social no país.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Orçamento participativo na gestão municipal**. Dez de 2003, Disponível em <http://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2003-12-02/orcamento-participativo-na-gestao-municipal,2175.html#.Ultps9JJNRw> acessado em 14 out. 2023



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Estratégia do BID com o País 2012- 2014.**

Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36850901>> acesso em: 30 set. 2023.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Modernización Del Estado.** Documento de Estrategia. Washington D. C. 2003. Disponível

em: <<http://www.iadb.org/en/publications/publicationdetail,7101.html?dctype=All&id=16586%20&dclanguage=es#.UINEnNJJOHg>> acesso em: 30 set. 2023.

_____. **Estrategia para promover la participación ciudadana en las actividades del**

Banco. Washington D.C. 2004. Disponível em: <<http://www.dhl.hegoa.ehu.es/recursos/203>> acesso em: 7 out. 2013

BINETTI, Carlo. Uma agenda política contra a desigualdade. **Revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento**, Out de 2004, Disponível

em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=3059>> acesso em: 13 set. 2023.

GOLDFRANK, Benjamin. **El Banco Mundial y la globalización de los presupuestos participativos.** Whitehead Escola de Diplomacia e Relações Internacionais, Seton Hall University, 13 Out 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7. ed, São Paulo: Cortez, 2012.

NAVARRO, Zander. O “Orçamento Participativo” de Porto Alegre (1989-2002): um conciso comentário crítico. In: AVRITZER, Leonardo e Zander Navarro. **A Inovação Democrática no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Osmany Porto de. A dimensão internacional do Orçamento Participativo: uma análise da interação entre elites e instituições no processo de difusão. II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, apresentação de mesa, **Novas dimensões de ação coletiva à luz das interações entre atores sociais e instituições participativas: mecanismos, efeitos e difusão,** 2023.

SABBI Volmir. **A influência do Banco Mundial e do BID através do PROEP na reforma da educação profissionalizante brasileira da década de 1990.** 2012, Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/93/635>> acesso em: 14 out.2023.

SANTANA, Joana Valente. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e Política Urbana no município de Belém: tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no**



discurso da participação social. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Trabalho Social em projetos de habitação: demandas e respostas sobre a participação comunitária (Belém-Brasil). **Revista de Trabajo Social** – FCH – UNCPBA, Plaza Pública, 4.ed, Dezembro de 2011. Disponível em:<<http://plazapublica.fch.unicen.edu.ar/docs/nro6/26.pdf>>acesso em: 30 set.2023.

Word Bank. **Governance and Development**. Washington, D.C, 1992. Disponível em:<<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/04/440582/governance-development>> acesso em: 7 out.2023.